

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL N°32/2023

Período: 02/09/2023 - 08/09/2023 GEDES - UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Prosseguem as investigações sobre joias sauditas que envolvem o ex-presidente Bolsonaro e seu ajudante de ordens, Mauro Cid
- 2- Desavença entre militares e policiais federais fez Lula alterar mais de uma vez as atribuições do serviço de segurança presidencial
- 3- Deputado avaliou que proposta de proibição de militares da ativa concorrerem às eleições é insuficiente
- 4- Supremo Tribunal Federal divulgou datas dos depoimentos de réus pelo 8 de janeiro
- 5- Evento da Força Aérea Brasileira busca estreitar laços com a sociedade
- 6- O 7 de setembro (I)
- 7- O 7 de setembro (II)
- 8- Ministro da Defesa e generais tentam dissipar tensões entre as Forças Armadas e a Polícia Federal
- 9- Advocacia Geral da União se posicionou contra a homenagem ao coronel Erasmo Dias em São Paulo
- 10- Acordo de delação premiada de Mauro Cid com a Polícia Federal aguarda homologação do MPF e do STF
- 11- Colunista escreveu sobre os militares e a política de defesa do Brasil

1- <u>Prosseguem as investigações sobre joias sauditas que envolvem o ex-presidente</u> Bolsonaro e seu ajudante de ordens, Mauro Cid

De acordo com reportagem publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, a defesa de Jair Bolsonaro e sua esposa, Michelle Bolsonaro, teria solicitado ao Supremo Tribunal Federal (STF) acesso aos depoimentos recolhidos pela Polícia Federal (PF) no dia 31/08/2023, no caso das joias sauditas não declaradas. Os depoentes foram o tenente-coronel Mauro Cid, o advogado do ex-presidente, Frederick Wassef, o exsecretário de Comunicação Social da Presidência, Fábio Wajngarten, Mauro Lorena Cid — pai de Mauro Cid e general da reserva — e os assessores de Jair Bolsonaro, coronel da reserva Marcelo Câmara e Osmar Crivelatti. A defesa de Bolsonaro alegou o direito dos investigados ao acesso aos depoimentos, ocorridos simultaneamente aos de Michelle e Jair Bolsonaro, que permaneceram calados perante a Polícia Federal. Cezar Bittencourt, advogado de Mauro Cid, um dos suspeitos no desvio das joias a mando do ex-presidente, reforçou que Cid não teria delatado Bolsonaro e que o mesmo "não tem nenhuma acusação de corrupção ou envolvimento suspeito". Conforme reportagem da *Folha de S. Paulo*, Mauro Cid havia levantado suspeitas

após dados do Conselho de Controle e Atividades Financeiras (Coaf) apontarem "movimentações atípicas" e "indícios de lavagem de dinheiro" nas contas do então braço-direito de Bolsonaro. Outrossim, de acordo com publicação do jornal O Estado de S. Paulo, o ex-presidente teria realizado uma "procuração em cartório por meio da qual conferia a Marcelo Câmara poderes para cuidar do acervo de presentes", em dezembro de 2022. Câmara, que foi assessor do gabinete de Bolsonaro, permaneceu calado durante o depoimento à PF na investigação da "Operação Resgate". A suposição, conforme os investigadores, é de que o ex-chefe do Executivo se utilizou da procuração para, posteriormente, não ser responsabilizado sobre as joias sauditas. Jair Bolsonaro será intimado novamente a depor para a PF, desta vez sobre a apuração de mensagens golpistas que teriam sido enviadas pelo ex-presidente para o empresário Meyer Nigri. Além disso, de acordo com outra reportagem da Folha, Mauro Cid sabia que as joias eram bens de interesse público e que, mesmo que fizessem parte do acervo pessoal do ex-presidente Bolsonaro, em caso de venda a preferência seria da União. Tal fato é ratificado mediante mensagens trocadas entre Cid e seu advogado Wajngarten, nas quais o tenente-coronel compartilhou a matéria que relatava a tentativa de entrar com as joias de forma furtiva e enviou imagens da Lei 8.394 que trata sobre o acervo do presidente. O periódico também noticiou, tal como pontuou o Estadão, que os itens em questão não poderiam fazer parte do acervo pessoal de Bolsonaro, haja vista que tinham um alto valor e não eram personalizados. (Correio Braziliense - Política - 02/09/23; Folha de S. Paulo - Política - 02/09/23; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 02/09/23; Folha de S. Paulo - Política - 04/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 02/09/23)

2-<u>Desavença entre militares e policiais federais fez Lula alterar mais de uma vez as</u> atribuições do serviço de segurança presidencial

De acordo com reportagem os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, retornou o comando de sua guarda pessoal e de seu vice, Geraldo Alckmin, para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Após episódios de desconfiança sobre militares bolsonaristas inseridos no Gabinete, Lula havia formado a Secretaria Extraordinária de Segurança Presidencial, cujo resultado foi a remoção dos militares do cargo de segurança presidencial e a inserção de agentes da Polícia Federal (PF) na referida função. Todavia, os policiais federais estariam acusando o GSI de impedir o exercício de suas funções no serviço de guarda de Lula e Alckmin. A acusação por parte da PF é a de que o Gabinete boicota a corporação ao desviá-la da função de segurança pessoal proposta pelo presidente Lula. Segundo o jornal, o chefe do Executivo optou então pela "acomodação de interesses" devido aos embates protagonizados por militares e policiais, e devolveu o comando da segurança presidencial aos militares, com a participação de agentes da PF. Conforme a reportagem, o GSI se posicionou alegando atuar a partir "das normas previstas para a segurança presidencial". (Folha de S. Paulo - Política - 02/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 02/09/23)

3-<u>Deputado avaliou que proposta de proibição de militares da ativa concorrerem às</u> eleições é insuficiente

Conforme reportagem da *Folha de S. Paulo*, o deputado do Partido dos Trabalhadores (PT), Carlos Zarattini, criticou a proposta que proibiria a concorrência a cargos políticos por militares da ativa. De acordo com o deputado, a proposta é insuficiente,

pois não aborda o artigo 142 da Constituição, o qual alega ser utilizado por parte de setores da direita como uma justificativa para intervenções políticas das Forças Armadas, a partir da "atribuição de poder moderador". Zarattini defende a ocupação de cargos civis estritamente por civis. O jornal pontuou a atuação ministerial de militares durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), também criticada pelo deputado, ao se posicionar favoravelmente a uma proibição completa de militares em atividades e cargos políticos. (Folha de S. Paulo - Política - 02/09/23)

4- <u>Supremo Tribunal Federal divulgou datas dos depoimentos de réus pelo 8 de</u> ianeiro

De acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo*, os depoimentos de réus pelo ataque aos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 estão previstos para 13 e 14/09/2023, em sessões que seguirão o dia todo. As acusações da Procuradoria Geral da República (PGR) são de "associação criminosa armada, abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado (...), dano qualificado pela violência e grave ameaça (...) contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima". Os processos estão sendo relatados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. (Folha de S. Paulo - Política - 02/09/23)

5- Evento da Força Aérea Brasileira busca estreitar laços com a sociedade

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* informou que 80 mil pessoas compareceram ao evento anual e gratuito conhecido como "Portas Abertas", na Base Aérea de Brasília (BABR). Segundo o comandante da BABR, coronel-aviador Miguel Angelo Cortes Salvio Junior, esse evento é uma forma de aproximar a sociedade da Força Aérea Brasileira (FAB). Além disso, o *Correio* informou que o "Portas Abertas" é uma oportunidade para que todos aqueles que gostam de aviação e das Forças Armadas possam ver novos aviões, fotografar e entrar nas aeronaves. De acordo com o periódico, o evento contou com espaço de entretenimento para crianças, feira para vender souvenirs, praça de alimentação, banda marcial da FAB e exibições de paraquedistas, helicópteros, aviões e da Esquadrilha da Fumaça. Por fim, a reportagem também informou que o "Instituto Mãos Solidárias" da região de Sol Nascente levou ao evento mais de 25 crianças, com o intuito de "despertar sonhos". (Correio Braziliense - Cidades - 04/09/2023)

6- O 7 de setembro (I)

Reportagem do *Correio Braziliense* pontuou que o desfile de 7 de setembro de 2023, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, teria como objetivo separar as Forças Armadas da política e evidenciar a confiança que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem nos comandos militares. Além disso, informou que o desfile seria marcado por símbolos republicanos e por quatro temáticas relacionadas aos militares, quais sejam: "Paz e Soberania, Ciência e Tecnologia, Saúde e Vacinação e Defesa da Amazônia". De acordo com um editorial da *Folha de S. Paulo*, o presidente Lula definiu como *slogan* das celebrações os dizeres "democracia, soberania e união". Na avaliação da *Folha*, Lula tem como principal intuito ressaltar o caráter cívico do evento e abordar a preservação da Floresta Amazônica, território que foi altamente negligenciado por Jair Bolsonaro (PL) durante seu mandato, através de um desmonte da agenda ambiental. Por meio dessa abordagem, Lula buscaria neutralizar o 7 de

setembro, já que a data comemorativa, nos anos anteriores, foi palco de ameaças ao Supremo Tribunal Federal (STF) e foi utilizada por Bolsonaro para fins políticos e divisionistas. Dessa maneira, segundo a Folha, o atual presidente almejaria resgatar o significado das cores verde e amarela, bem como instaurar uma comemoração que abrace todos os cidadãos brasileiros, não somente militares. Outrossim, o Correio informou que a comemoração do Dia da Independência contaria com apresentações. passagem das tropas das três forças, representantes de diversas instituições, bandas marciais, parada naval, exposição em homenagem às Forças Armadas, show da Esquadrilha da Fumaça, em momentos que envolveriam diversas medidas de segurança. Ademais, a respeito das Forças Armadas, o Correio também destacou que ainda existem tensões nessa instituição em virtude dos atos de 8 de janeiro de 2023. Contudo, visando se aproximar dos militares, Lula se reuniu com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e com os comandantes do Exército, da Força Aérea e da Marinha, que defendem que os militares envolvidos nos atos golpistas sejam investigados e punidos. De acordo com o Correio, esses comandantes também defendem a mudança da legislação para que militares deixem a ativa permanentemente caso ocupem algum cargo político que não seja atribuição militar. A respeito disso, em coluna opinativa deste mesmo periódico, o jornalista André Gustavo Stumpf informou que esta medida está presente no projeto de lei do senador Jagues Wagner (PT-BA) e que possui boas intenções, porém não é suficiente. Para o jornalista, manter os militares fora da política é uma "utopia", tendo em vista que desde a Proclamação da República (1889) eles estão inseridos no poder público e nunca respeitaram o distanciamento entre esses dois campos. (Correio Braziliense -Política - 04/09/23; Correio Braziliense - Opinião- 04/09/23; Folha de S. Paulo -Opinião - 07/09/23; Folha de S. Paulo - Opinião - 09/07/23; Folha de S. Paulo - Política - 07/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 04/09/23)

7- O 7 de setembro (II)

Reportagem do Correio Braziliense destacou que o 7 de setembro de 2022, no governo de Jair Messias Bolsonaro (PL), foi marcado por protestos que pediam um golpe de Estado e intervenção civil-militar, além da participação de apoiadores de armas, tratores de empresários do agronegócio e tangues de guerra. Ademais, o periódico lembrou que durante o desfile havia inúmeras mensagens golpistas e cartazes que atacavam o Supremo Tribunal Federal (STF) e o sistema eleitoral. Em contrapartida, o jornal realçou a diferença do Dia da Independência de 2023, com pautas diferentes do ano anterior e destaque para a importância das Forças Armadas e da democracia, além de atacar o negacionismo. Diante disso, questões como a vacinação e o Sistema Único de Saúde, que teve papel central no combate à covid-19, ganharam destaque. Em coluna opinativa do mesmo periódico, o repórter Victor Correia pontuou que o desfile de 7 de setembro de 2022 deu indícios de como seriam as eleições e que ele foi um dos repórteres designados para acompanhar o evento e a manifestação a favor de Jair Messias Bolsonaro (PL). A respeito disso, Correia enfatizou que esses dois eventos eram um só, e que o mais preocupante foi ver as mensagens que pediam o fechamento do Congresso e do STF, a mobilização das Forças Armadas contra o comunismo e a criação de um nova Constituição. Por fim, Correia fez um apelo para que o 7 de setembro deste ano fosse diferente, que não exaltasse atos antidemocráticos ou fosse politizado. Sobre este assunto, a Folha de S. Paulo noticiou que se for comprovado o argumento de que Bolsonaro utilizou politicamente o 7 de setembro de 2022, isto é, fez uso da estrutura administrativa e dos recursos públicos para realizar campanha eleitoral, ele pode ser condenado na seara eleitoral. A Folha ainda afirmou que uma nova condenação pode acarretar em multa, desgaste político e na inelegibilidade de aliados, como Walter Braga Netto e Hamilton Mourão. A defesa de Bolsonaro nega as acusações. O periódico também informou que no Dia da Independência de 2021 Bolsonaro utilizou a data para mobilizar seus apoiadores e que um mês antes ele realizou lives contra as urnas eletrônicas, criticando o Tribunal Superior Eleitoral, Segundo o Correio, o desfile do 7 de setembro de 2023, em Brasília, evidenciou a retomada da normalidade institucional e a despolitização da data que servira como uma ação político-ideológica utilizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ainda segundo o jornal, o presidente Lula seguiu o protocolo militar com a abertura do desfile e chegou ao evento no Rolls Royce presidencial, junto da primeira-dama, Rosângela da Silva. Além disso, a cerimônia contou com a participação especial de seis soldados indígenas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, que se alinharam em frente à tribuna de honra e proferiram frases em seus idiomas originários, como "Viva a independência do Brasil. Tudo pela Amazônia. Selva!". E por fim, o presidente Lula também tirou fotos com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e com os chefes das três Forças, o comandante do Exército, Tomás Ribeiro Paiva: o da Aeronáutica, Marcelo Kanitz Damasceno; e o da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, a fim de evidenciar a união e paz na relação institucional do governo com os militares. (Correio Braziliense - Política - 04/09/23; Correio Braziliense -Opinião - 04/09/23; Correio Braziliense - Política - 08/09/23; Folha de S. Paulo -Política - 04/09/23)

8-<u>Ministro da Defesa e generais tentam dissipar tensões entre as Forças Armadas e</u> a Polícia Federal

Em reportagem, o jornal Folha de S. Paulo noticiou que as Forças Armadas e a Polícia Federal (PF) vivem em clima de "desconfiança mútua". Segundo o periódico, generais do Exército alegam que, visando ofuscá-los, policiais organizaram propositalmente operações em que militares foram atingidos, nos dias de datas comemorativas da instituição. Em contrapartida, policiais afirmam que essa informação não procede e que é apenas uma "teoria da conspiração". A reportagem ainda informou que a relação conturbada entre estas instituições começou durante a transição, a partir de uma disputa sobre quem iria realizar a segurança do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e que continuou mediante divergências sobre o Gabinete de Segurança Institucional. A Folha pontuou que, a fim de reverter essa situação, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, frequentemente tem conversado e tentado manter relações amigáveis com o diretor geral da PF, Andrei Rodrigues. Com o mesmo objetivo, Tomás Miguel Ribeiro Paiva, comandante do Exército, convidou o ministro Alexandre de Moraes a voltar a frequentar a academia do Comando Militar do Planalto. De acordo com o periódico, o ministro costumava freguentar a academia até novembro de 2022, quando devido a insatisfações com o processo eleitoral, recebeu um sutil recado para não voltar ao local. Por fim, a Folha pontuou que, segundo os generais, as ações para melhorar a relação com a PF visam garantir "uma boa relação institucional" e não têm como foco impedir que militares sejam investigados. Por outro lado, a PF afirma que as investigações não estão mirando os militares, apenas buscam apurar os fatos e punir os culpados, independente da identidade. (Folha de S. Paulo - Política - 04/09/23)

9-Advocacia Geral da União se posicionou contra a homenagem ao coronel Erasmo Dias em São Paulo

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, o advogado-geral da União, Jorge Messias, se mostrou contrário à homenagem do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) ao coronel Erasmo Dias (1924-2010), expoente da ditadura militar (1964-1985). Grupos defensores dos direitos humanos e partidos políticos como Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) afirmaram que batizar o entroncamento de uma rodovia como "Deputado Erasmo Dias" é contra os princípios da dignidade humana e da democracia. Para Messias, nem mesmo de maneira simbólica se deve prestar homenagem a qualquer fato que remonte à ditadura militar, não havendo justificativa moral para tal. O jornal explanou que Erasmo Dias foi secretário de Segurança Pública de São Paulo (1974-1979) e protagonizou, em 1977, a invasão na PUC de São Paulo, contra o movimento estudantil, na ocasião da realização de evento público em prol da reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Além disso, Erasmo Dias declarou que a tortura é justificável, em certos contextos, e defendeu a versão, apoiada por militares, que o jornalista Vladimir Herzog tinha se suicidado. Herzog foi assassinado por militares nas dependências do Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgão responsável pela inteligência, e repressão, durante a ditadura militar. (Folha de S. Paulo - Política - 07/09/23).

10- Acordo de delação premiada de Mauro Cid com a Polícia Federal aguarda homologação do MPF e do STF

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense, Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, preso desde o dia 03/05/2023 em uma unidade do Exército e respondendo a diversas investigações na Polícia Federal (PF), confirmou com o Supremo Tribunal Federal (STF) que pretende fechar acordo de delação premiada com a PF, que foi aceito após uma série de depoimentos longos, como o que durou 10 horas em 28/08/2023. A PF afirmou que é possível que a delação abra outras linhas de investigação no caso das joias, sendo que Mauro Cid forneceu informações suficientes e indicou provas que, na avaliação dos investigadores, podem sustentar as declarações feitas durante as duas semanas de depoimento. Segundo os jornais, a PF aguarda a homologação do Ministério Público Federal (MPF) e do STF, especificamente do ministro Alexandre de Moraes, que conduz as investigações, para decidir se dará andamento à delação premiada. (Correio Braziliense - Política - 08/09/23; Correio Braziliense - Política - 08/09/23; Folha de S. Paulo - Política - 08/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 08/09/23)

11- Colunista escreveu sobre os militares e a política de defesa do Brasil

Segundo o jornalista e colunista do *Correio Braziliense*, Luiz Carlos Azedo, "a política de defesa está na ordem do dia", considerando que o Exército nunca foi um poder moderador e suas intervenções sempre resultaram numa afronta à democracia. Azedo afirmou que a questão militar precisa ser resolvida pelo Congresso e pela sociedade e destacou que o desfile cívico-militar no 7 de setembro de 2023 "não foi um evento trivial" mas carregou uma representação política na qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reafirmado como comandante supremo das Forças Armadas,

considerando o que ocorreu durante o governo de Jair Bolsonaro e os episódios de 8 de janeiro de 2023. O colunista salientou que os comandantes das Forças Armadas realizaram "um sincero esforço de apaziguamento dos quartéis, com base na disciplina e na hierarquia", mas que o objetivo principal segue sendo criar mecanismos que afastem de vez os militares do envolvimento com a política. Segundo Azedo, "é um erro supor que tudo se resolverá com um ajuste de contas interna [à corporação]...", sendo necessário que o Congresso e a sociedade não tangenciem sua responsabilidade em relação à política de defesa, que "não é devidamente discutida, a não ser em eventos esporádicos". Sendo assim, o colunista avaliou que "a responsabilidade maior não é dos militares, é do Congresso" para que se evite um retorno à ditadura militar e ao "partido fardado" que o ex-presidente Bolsonaro "ressuscitou" durante seu mandato, causando muitos estragos, como no caso da condução do Ministério da Saúde. Azedo ainda disse que "o fracasso da tentativa de golpe de 8 de janeiro foi o naufrágio de um passado que buscava o regresso", mas que é necessário "definir claramente a política de Defesa Nacional, o papel das Forças Armadas, suas relações com a sociedade e os limites da participação dos militares da ativa na administração pública", para se evitar novas aventuras do "partido fardado" e afrontas à democracia brasileira. (Correio Braziliense - Política - 08/09/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)
Marina Gisela Vitelli (URFFJ)
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos
Davi Campos Matos
Isabelle Costa
Giulia Maria Dardegan Barbosa
Marcela Furlan de Cena
Mariana Terezinha Passos
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos
Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Letícia Ramos da Rocha
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar